

A luta por memória, verdade e justiça nos processos de reparação da Comissão de Anistia

Autora: Roberta da Silva Moraes (História/UFRGS)
Orientadora: Profa. Dra. Carla Simone Rodeghero (UFRGS)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho vincula-se ao projeto *Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil*. Iniciado em 2011, o projeto produziu entrevistas de História Oral com pessoas que foram vítimas de perseguição, para a constituição do acervo do Memorial da Anistia. Meu objetivo é contribuir para o entendimento da efetividade dos processos de reparação, levados a cabo pela Comissão de Anistia, a partir das avaliações presentes em um conjunto de entrevistas do projeto Marcas da Memória.



Ato público pela anistia. Rio de Janeiro, 1979. Fonte: une.org

METODOLOGIA

As fontes selecionadas para a pesquisa foram as entrevistas realizadas pela equipe da Universidade Federal de Pernambuco, contemplando militantes de Alagoas, Pernambuco e Piauí. De um total de 40 entrevistas, foram selecionadas aquelas que faziam menção ao processo de indenização e reparação de danos causados pela ditadura civil-militar, chegando ao número final de 10 entrevistas. Para que isso se tornasse possível, o presente trabalho ancorou-se em leituras sobre História Oral e sobre os usos públicos e políticos do passado, entendendo que, assim, é possível recompor e problematizar a história e a memória de determinados períodos históricos.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os primeiros resultados da pesquisa indicam que:

- os processos de reparação por danos causados pela ditadura civil-militar são considerados injustos devido a desigualdade dos valores pagos aos requerentes.
- são criticados os trâmites burocráticos que acabam por prolongar o tempo do processo. Em média, os entrevistados aguardam cinco anos pelos resultados.
- a reparação moral é muito mais valorizada do que a econômica.
- os requerimentos são entendidos como uma forma de denúncia e de registro do passado. Por isso, as políticas de reparação podem ser compreendidas como passos importantes na criação de um espaço de fala para os perseguidos da ditadura.

BIBLIOGRAFIA:

ARAÚJO, Maria de Paula. *Memória, testemunho e superação: história oral da anistia no Brasil*. História Oral, v. 15, n. 2, p. 11-31, jul.-dez. 2012.

BAUER, Caroline Silveira. *Usos do Passado e temporalidades: um estudo sobre os debates em torno da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2008-2014)*. Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente (PPGH UDESC), 2014.

GRECO, Heloísa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Minas Gerais, Minas Gerais, 2003.

MONTENEGRO, Antônio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAUJO, Maria Paula (org.). *Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.

RODEGHERO, Carla Simone. *Anistia, esquecimento, conciliação e reconciliação: tensões no tratamento da herança da ditadura no Brasil*. In: MONTENEGRO, Antônio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAUJO, Maria Paula (org.). *Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 97-135.